



Estrutura de normas internas

ENI PLD/FTP

Política Institucional de
Prevenção à Lavagem de Dinheiro
e Financiamento ao Terrorismo

SUMÁRIO

Âmbito de Aplicação	01
Vigor e Revisão	01
Referências Legais e Regulatórias	02
Diretrizes e Orientações Gerais	03
Governança de PLD/FTP	03
Perfis de Risco	04
Declaração de Appetite ao Risco (RAS PLD/FTP)	04
Avaliação Interna de Risco (AIR)	05
Procedimentos Destinados ao KYC Integrado	06
Novos Produtos e Serviços	08
Registro das Operações	09
Monitoramento e Seleção de Operações e Situações Suspeitas	09
Alertas para Identificação de Operações Suspeitas	10
Análise das Operações Suspeitas	10

Mecanismos de Acompanhamento e de Controle	11
Relatórios Gerenciais	12
Capacitação e Treinamento em PLD/FTP	12
Dos Funcionários	12
Dos Parceiros e Prestadores de Serviços Terceirizados	13
Disposições Finais	13

A presente Política, aprovada pela Alta Administração da Opay Instituição de Pagamento, doravante denominada “Opay”, tem por objetivo estabelecer os princípios, as diretrizes e as orientações estratégicas aplicáveis às rotinas e aos procedimentos de monitoramento e de controles internos para fins da Prevenção à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e ao Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD/FTP) no âmbito da Instituição, em integral alinhamento às disposições contidas na Circular nº 3.978, de 2020, do Banco Central do Brasil (BCB).

Estrutura de normas internas

ENI PLD/FTP

01. Âmbito de Aplicação

- Todos os níveis da instituição
- Administradores, gestores e funcionários, independente do cargo ou função
- Parceiros de negócio
- Prestadores de serviços terceirizados.

Todos os sujeitos a esta Política devem tomar conhecimento a seu respeito e, quando aplicável, firmar o respectivo Termo de Ciência e Adesão.

02. Vigor e Revisão

Esta versão revisada da Política entrará em vigor em **10/05/2025** e será reavaliada a cada 2 anos, ou antes disso, caso ocorram mudanças na regulamentação aplicável, ou em situações de alterações nos processos internos relacionados.

03. Referências Legais e Regulatórias

- Recomendações do Grupo de Ação Financeira (GAFI) - define padrões internacionais de PLD/FTP.
- Lei nº 9.613, de 1998 - dispõe sobre os crimes de lavagem de dinheiro.
- Lei nº 13.260, de 2016 - dispõe sobre os crimes de terrorismo.
- Lei nº 13.810, de 2019 - dispõe sobre indisponibilidades de bens.
- Resolução CMN nº 4.557, de 2017 - dispõe sobre a Gestão Integrada de Riscos (GIR).
- Circular BCB nº 3.978, de 2020 - dispõe sobre PLD/FTP aplicável às instituições autorizadas pelo BCB.
- Carta Circular BCB nº 4.001, de 2020 - dispõe sobre situações suspeitas passíveis de comunicação ao Coaf.
- Resolução BCB nº 1, de 2020 - institui o arranjo de pagamento (PIX) e aprova o seu regulamento.
- Resolução BCB nº 44, de 2020 - regulamenta os procedimentos sobre indisponibilidade de bens.
- Resolução BCB nº 65, de 2021 - dispõe sobre a política de conformidade nas instituições de pagamento.
- Resolução BCB nº 93, de 2021 - dispõe sobre auditoria interna nas instituições de pagamento.
- Resolução BCB nº 96, de 2021 - dispõe sobre a abertura, a manutenção e o encerramento de conta de pagamento.
- **Código de Ética e Conduta Opay**

04. Diretrizes e Orientações Gerais

A alta administração da Opay tem a responsabilidade de definir e monitorar, por meio de políticas internas e relatórios gerenciais adequados, o cumprimento eficaz das diretrizes estabelecidas neste documento, garantindo as condições institucionais necessárias para sua implementação.

As orientações estratégicas desta Política são comunicadas aos colaboradores da Opay, assim como a parceiros e prestadores de serviços terceirizados, de forma clara e acessível.

Essas orientações são adaptadas ao nível de detalhe apropriado para cada função e a sensibilidade das informações, utilizando diversos canais de comunicação interna.

05. Governança de PLD/FTP

No documento denominado “Estrutura de Governança de PLD/FTP” estão definidos os níveis organizacionais envolvidos na gestão de riscos de LD/FTP e os respectivos papéis e responsabilidades para o cumprimento das obrigações vinculadas ao tema, respeitando-se o princípio de segregação de funções e mitigando-se a possibilidade de conflitos de interesse no ambiente interno.

O Diretor Executivo de Finanças tem a incumbência de reportar à Alta Administração da Instituição, de modo imediato e tempestivo, as situações que envolvam riscos de LD/FTP que mereçam tratamento especial em nível superior

06. Perfis de Risco

A presente Política é compatível com os perfis de risco dos clientes, dos modelos de negócio, dos produtos e serviços, bem como dos funcionários, dos parceiros e dos prestadores de serviços terceirizados da Opay.

As análises de todos os perfis de riscos, quando cabíveis, constam, de forma detalhada e abrangente, na Avaliação Interna de Risco (AIR), constituindo-se na base para a aplicação da Abordagem com Base no Risco (ABR) no processo de gestão institucional de PLD/FTP em toda a sua extensão, nas diversas fases e etapas.

A adoção da ABR, de forma estruturada e com padrões e metodologias adequadamente definidos, permite a implementação de escalas de controles proporcionais aos riscos identificados, ou seja, procedimentos mais rigorosos para as situações com maior percepção de riscos e procedimentos mais simplificados para os riscos de menor significância.

07. Declaração de Apetite ao Risco (RAS PLD/FTP)

A Alta Administração da Opay, em conformidade com a regulamentação vigente, formaliza por meio de uma declaração específica os limites de risco de LD/FTP que está disposta a assumir ao realizar suas atividades, sempre respeitando os parâmetros legais e regulatórios.

A Declaração de Apetite ao Risco, referida como RAS PLD/FTP, faz parte da estrutura de gerenciamento e controle de risco de LD/FTP em suas diversas etapas e dimensões dentro da Opay.

O nível de risco de LD/FTP assumido pelas áreas de negócios nunca ultrapassará, sob nenhuma circunstância, os limites estabelecidos na RAS PLD/FTP pela Diretoria Executiva, incluindo nas interações com empresas parceiras da Opay.

As diretrizes de apetite ao risco, assim como suas revisões, serão submetidas a Alta Administração da Opay para uma análise prévia antes de sua implementação, que incluirá um parecer com uma proposta de validação ou não pela Diretoria Executiva.

08. Avaliação Interna de Risco

A Avaliação Interna de Risco da Opay define as metodologias, os parâmetros, as técnicas e as ferramentas necessárias à identificação, à mensuração e à categorização do risco de LD/FTP inerentes ao seu modelo de negócio e considera os seguintes perfis de risco:

Instituição, incluindo o modelo de negócio e a área geográfica de atuação;

Operações, transações, produtos e serviços, abrangendo todos os canais de distribuição e a utilização de novas tecnologias;

Atividades exercidas pelos funcionários, parceiros e prestadores de serviços terceirizados.

O processo de estruturação da AIR é coordenado pelo Diretor Executivo de Finanças, que aprovará e atualizará o documento, dando ciência imediata às instâncias superiores, conforme previsto na regulamentação vigente.

A AIR será revisada de acordo com o exigido pelo regulador ou quando ocorrerem alterações significativas nos perfis e nas dimensões de risco originalmente definidos.

09. Procedimentos destinados a conhecer os clientes (KYC Integrado)

Para os clientes da Opay, incluindo aqueles prospectados por empresas parceiras, os critérios destinados à identificação, à qualificação e à classificação dos clientes estão previstos no Manual Específico KYC Integrado, seguindo as diretrizes e as orientações tratadas neste documento, compatíveis com o perfil de risco do cliente e com a Avaliação Interna de Risco da Opay.

DA IDENTIFICAÇÃO

● São adotados procedimentos que permitem qualificar os clientes da Opay por meio da coleta, verificação e validação de informações, de acordo com o perfil de risco do cliente e a natureza da relação de negócios a ser realizada. A coleta de informações permite identificar o local de residência, no caso de pessoa física, e a sede ou filial, no caso de pessoa jurídica. Esses procedimentos também avaliam a capacidade financeira do cliente, incluindo a renda para pessoa física ou o faturamento para pessoa jurídica.

A qualificação do cliente é reavaliada continuamente conforme a evolução da relação de negócios e o perfil de risco, mantendo as informações atualizadas.

Não se inicia uma relação de negócios sem que os procedimentos de identificação e qualificação estejam concluídos, salvo exceções aprovadas pela Alta Administração por até 30 dias, desde que o monitoramento e análise de operações suspeitas sejam garantidos.

O processo de qualificação do cliente também inclui a análise de aspectos comportamentais e reputacionais, com consultas a bancos de dados públicos e privados que tratam de listas restritivas, mídias negativas, sanções socioambientais e processos judiciais, entre outros.

DAS PESSOAS EXPOSTAS POLITICAMENTE (PEP)

- Os procedimentos de qualificação da Opay incluem a verificação da condição do cliente como Pessoa Exposta Politicamente (PEP), abrangendo quem ocupa funções públicas relevantes, conforme regulamentação vigente. Além disso, verifica-se a condição de representantes e familiares, como parentes em linha reta ou colateral até o segundo grau, cônjuges, companheiros e enteados, além de estreitos colaboradores dessas pessoas.

Para identificar a condição de PEP, são consultadas bases de dados públicas e privadas ou, quando necessário, obtida uma declaração do cliente no cadastro. Para os clientes identificados como PEP, são aplicados procedimentos e controles internos compatíveis, considerando essa qualificação como um fator de risco.

Nessas situações, a Opay avalia o interesse em iniciar ou manter o relacionamento com o cliente, conforme descrito nos manuais específicos e em conformidade com a regulamentação vigente.

DO BENEFICIÁRIO FINAL

- Nos procedimentos de qualificação da Opay para clientes pessoa jurídica, a cadeia de participação societária é analisada até a identificação da pessoa natural que seja o beneficiário final, para a qual são aplicados, no mínimo, os procedimentos de qualificação definidos para a categoria de...

risco do cliente pessoa jurídica, na qual o beneficiário final tenha participação societária.

A Opay considera como beneficiário final também o representante, procurador ou preposto que exerça o comando de fato sobre as atividades da pessoa jurídica. Um valor mínimo de referência de participação societária para identificar o beneficiário final é estabelecido de forma documentada no Manual Específico KYC Integrado, sendo baseado no risco e não superior a 25%, considerando tanto participações diretas quanto indiretas.

DA CLASSIFICAÇÃO

Os clientes são classificados nas categorias de risco definidas na AIR, com base nas informações obtidas nos procedimentos de identificação e de qualificação do cliente, complementadas com pesquisas em listas restritivas, mídias negativas e sanções internacionais, observadas as categorias de riscos definidas na AIR.

A classificação de risco é revista sempre que houver alterações no perfil de risco do cliente e na natureza da relação de negócio.

10. Novos Produtos e Serviços

É obrigatória a realização prévia, pela Alta Administração, de análise de potenciais riscos de LD/FTP em quaisquer novos produtos ou serviços a serem oferecidos pela Opay, cuja análise é registrada em relatório, descrevendo as situações de risco identificadas e as ações necessárias para sua mitigação.

O Alta Administração, após análise e formulação de parecer sobre eventuais riscos de LD/FTP identificados, encaminha o assunto para prosseguimento dos ritos de avaliação integrada de riscos, sendo proibido o início de formatação de novos produtos ou serviços sem a anuência prévia e formal do Comitê de Riscos.

11. Registro das Operações

A Opay mantém registros de todas as operações realizadas, independentemente de seu valor, de forma a permitir a verificação da movimentação financeira dos produtos ofertados, inclusive por empresas parceiras, consoante a Política Institucional de PLD/FTP, a Avaliação Interna de Risco e as regras, os procedimentos e os controles internos, conforme previsto na regulamentação vigente.

12. Monitoramento e seleção de operações e situações suspeitas

Observados os prazos máximos estabelecidos na regulamentação em vigor, os procedimentos de monitoramento e de seleção de operações realizados com o objetivo de identificar indícios de LD/FTP estão descritos em manual específico.

Esses procedimentos seguem as orientações deste documento e são definidos com base na AIR. Os sistemas utilizados no monitoramento e na seleção de operações e situações suspeitas contém informações das operações realizadas e das situações ocorridas.

O manual específico detalha os parâmetros, as variáveis, as regras e os cenários utilizados no monitoramento e na seleção de operações e situações que possam indicar suspeição ou atipicidade, bem como os procedimentos compatíveis a serem aplicados

13. Alertas para identificação de operações suspeitas

No âmbito da regulamentação do BCB, os alertas são examinados no contexto das orientações contidas na Carta Circular BCB nº 4.001, de 2020, no que couber.

São definidos alertas, ainda, com base em informações prestadas pela Alta Administração, com base em fatos registrados internamente que possam indicar possíveis situações ou operações passíveis de configuração de crimes de LD/FTP

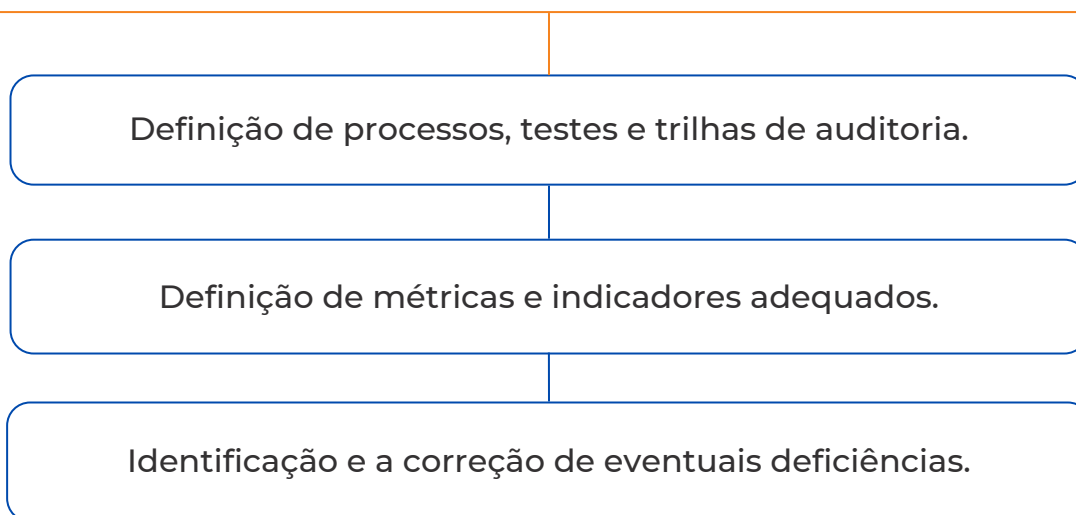
14. Análise das Operações Suspeitas

Observados os prazos máximos estabelecidos na regulamentação em vigor, são implementados procedimentos de análise das operações e situações selecionadas por meio dos procedimentos de monitoramento e de seleção com o objetivo de caracterizá-las ou não como suspeitas de LD/FTP.

A análise das operações será formalizada em dossiê conforme tratado no manual específico, inclusive em documento eletrônico, preservadas as informações necessárias.

15. Mecanismos de Controle e de Acompanhamento

A Opay possui mecanismos de acompanhamento e de controle de modo a assegurar a implementação e a adequação das diretrizes e orientações estratégicas, dos procedimentos e dos controles internos de que trata esta Política, incluindo:



Os mecanismos de acompanhamento e de controle são coordenados e executados pela Gerência de Compliance e são submetidos a testes periódicos pela Auditoria Interna da Opay.

Os procedimentos necessários à implementação e ao desenvolvimento desses mecanismos constam no manual específico.

16. Relatórios Gerenciais

São produzidos, em períodos definidos pela Diretoria Executiva, relatórios e dashboards gerenciais contendo informações, métricas e indicadores que permitam às instâncias superiores avaliar o processo de gestão de PLD/FTP no âmbito institucional.

17. Capacitação de Treinamento em PLD/FTP

A Alta Administração assegura as condições gerencias e materiais necessários para que a Política Institucional de Capacitação e Treinamento e as ações com o objetivo de promover a disseminação da cultura organizacional de PLD/FTP sejam executadas de maneira contínua e sistematizada, nas condições estabelecidas.

18. Dos Funcionários

A Opay adota procedimentos destinados a conhecer os funcionários da Instituição, visando executar as diligências necessárias à PLD/FTP, além de identificar possível envolvimento em atos ilícitos ou que não atendem os padrões de ética e de conduta adotados pela Opay.

19. Dos Parceiros e Prestadores de Serviço Terceirizados

São definidos em manuais específicos os procedimentos necessários à contratação de parceiros e de prestadores de serviços terceirizados, observadas as diretrizes e as orientações de caráter geral aqui estabelecidas.

Por meio do processo de KYP (Know Your Partner), são realizadas verificações necessárias para atribuir, com base nos resultados das pesquisas, ao parceiro/proponente a classificação de risco adequada, adotando-se procedimentos compatíveis ao nível de risco de LD/FTP identificado.

20. Disposições Finais

Quaisquer dúvidas em relação aos preceitos deste documento, podem ser esclarecidas pela Gerência de Compliance da Opay.

O descumprimento das orientações e das diretrizes contidas neste documento está sujeito a análise da Diretoria Executiva, responsável pela gestão dos procedimentos de PLD/FTP no âmbito da Opay, que adotará, quando cabíveis, as medidas administrativas e disciplinares requeridas para cada caso.

Esta Política é aprovada pelo Conselho de Administração, em conjunto com a Política Institucional de Negócio e a Política Institucional de Capacitação e Treinamento.



Este documento foi revisado em Maio de 2025.